A TEORIA DA CIÊNCIA EM WEBER E AS PESQUISAS EM EDUCAÇÃO

José Sérgio F. de Carvalho
Faculdade de Educação da USP

RESUMO

A partir da constatação da presença tão comum quanto nefasta do *abstracionismo pedagógico* nas investigações sobre educação — entendido pelo autor como a formulação de princípios gerais que se pretendem descritivos e explicativos de um fenômeno específico, mas que pouco levam em consideração as condições concretas em que o processo escolar se dá —, o artigo procura investigar a possível fecundidade do pensamento metodológico weberiano para a superação dessa tendência.

Nesse sentido, ele busca reconstruir sumariamente os problemas metodológicos fundamentais enfrentados por Weber, bem como suas reflexões sobre a significação social da ciência, a possível "objetividade" das ciências sociais e o recurso ao "tipo ideal", como instrumentos intelectuais potencialmente fecundos para as investigações em educação.

WEBER — INVESTIGAÇÃO EDUCACIONAL — EPISTEMOLOGIA — METODOLOGIA

ABSTRACT

THE THEORY OF SCIENCE FOUND IN WEBER AND RESEARCH IN EDUCATION. From the verification of the presence, common as well as tragic, of *educational abstractionism* in the investigations on education — seen by the author as the formulation of general principles that are intended to describe and explain a specific phenomenon but that give little attention to the concrete conditions in which the educational process takes place — the article seeks to investigate the possible fruitfulness of Weberian methodology to overcome this tendency.

With this purpose in mind, the author seeks to reconstruct the basic problems in methodology encountered by Weber, as well as his reflections on the social significance of science, the possible "objectivity" of the social sciences and the feature of the "ideal type" as intellectual instruments potentially fruitful for investigations in education.

Discorrer sobre uma possível crise nas pesquisas em educação pode nos levar a uma série de equívocos. Talvez o primeiro deles seja a idéia da vivência atual de um momento de ruptura ou, pelo menos, de rápida ou crescente queda na qualidade dessas investigações. Essa perspectiva pressupõe, portanto, a idéia de um momento agudo e problemático, em face da relativa estabilidade ou qualidade anterior, o que não parece ser legítimo, seja no que diz respeito à estabilidade ou à qualidade.

Por outro lado, pode-se criar uma falsa expectativa de que o conteúdo de um artigo como este revelará procedimentos ou perspectivas solucionadoras, quando sua intenção não é mais que uma visita a um clássico do pensamento sociológico que, na melhor das hipóteses, pode nos lançar alguma luz sobre os caminhos e as possibilidades de uma investigação que resulte em algo fecundo para a compreensão de um aspecto da vida social humana.

Dadas essas advertências preliminares, resta precisar a natureza dos problemas que desencadearam esta reflexão. Seu impulso inicial deve-se à constatação, feita por Azanha (1990), de um dos problemas básicos da pesquisa escolar no Brasil: o "abstracionismo pedagógico". Ao usar tal conceito, o autor não se refere a uma operação intelectual de conceituação, a um esforço da consciência humana a fim de apreender a inteligibilidade do real mediante abstrações generalizantes, indispensáveis, de resto, a qualquer estudo científico. O que o autor busca analisar é uma tendência histórica da pesquisa educacional de tentar "descrever, explicar ou compreender situações educacionais reais, desconsiderando as determinações específicas de sua concretude, para ater-se apenas a *princípios* ou *leis* gerais que na sua abrangência seriam, aparentemente, suficientes para dar conta das situações focalizadas" (Azanha, 1990. p.24 — grifos do autor).

De fato, mesmo para aqueles que não tiveram contato com a obra acima citada, em que tais problemas são exemplarmente expostos e comentados, basta fazermos uma breve retrospectiva das publicações na área para nos darmos conta de que tal problema está longe de ser um vício isolado de um pequeno grupo de autores. A tentativa de descrição, análise ou compreensão do processo escolar é farta de exemplos análogos, em que fórmulas de caráter absolutamente geral e nomológico buscam elucidar a significação do processo educativo, sem recorrer e nem ao menos levantar as especificidades e determinações causais particulares de uma configuração histórico-social do problema abordado.

Não se pense, contudo, que a ausência de um estudo aprofundado das condições históricas e causais que determinam uma certa configuração seja um vício das chamadas "teorias não críticas". A presença de "fórmulas" tão abrangentes quanto vagas, "capazes de explicar" o papel e a significação do fenômeno escolar, é abundante nas chamadas "teorias crítico-reprodutivistas". Nesse caso, a formulação de "leis gerais", capazes de demonstrar o caráter reprodutivista de virtualmente toda e qualquer instituição escolar parece satisfazer as necessidades da produção de investigações em educação.

O que está em questão neste caso não é propriamente a discussão, em si legítima, do caráter reprodutor ou não, bem como suas conseqüências e limites, do aparelho escolar. A questão básica refere-se à possível fecundidade ou esterilidade de descrições que visam quase que exclusivamente a corroborar tais princípios tomados aprioristicamente como verdadeiros, sem que o investigador se proponha a um trabalho de descrição e análise capazes de apresentar as particularidades de cada processo.

A questão, assim colocada, levanta problemas de natureza propriamente epistemológica: Qual é a possibilidade e o valor científico de leis gerais nas ciências da cultura humana? Em que medida tais questões se aproximam e se distanciam de outras ciências? A cultura humana como objeto passível de análise científica requer particularidades em sua abordagem?

Ao respondermos afirmativa ou negativamente a cada uma dessas questões esboçamos, consciente ou inconscientemente, uma determinada postura em relação a uma conceituação de ciência. É justamente nesse sentido que nos pareceu relevante investigar as concepções de Max Weber sobre a teoria das ciências. Não a fim de daí retirar uma "metodologia de pesquisa", no sentido comumente usado de um caminho a ser seguido, mas a fim de refletir sobre questões fundamentais da pesquisa científica em geral e das ciências da cultura em particular.

O que Weber pode nos oferecer é uma série de reflexões sobre o valor e os limites do estabelecimento de "leis", ressaltando seu valor heurístico, mas destacando a necessidade de ultrapassar fórmulas padronizadas que pouco ou nada acrescentam ao nosso conhecimento da realidade social, tal como esta se apresenta concretamente. Além disso, seus escritos sobre os limites e o papel das ciências, aliados à questão da objetividade possível na pesquisa científica, são da maior importância para a investigação na área das ciências sociais.

Após uma breve síntese desses escritos, as considerações finais voltam ao problema das pesquisas em educação a fim de analisar quais são algumas possíveis contribuições de Weber para a construção de descrições e análises fecundas para o conhecimento de nossa complexa realidade educacional.

WEBER E OS QUESTIONAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS E METODOLÓGICOS DO SÉCULO XIX

> *O fluxo do devir incomensurável flui incessantemente ao encontro da eternidade. Os problemas culturais que fazem mover a humanidade renascem a cada instante e*

sob um aspecto diferente e permanece variável o âmbito daquilo que, no fluxo eternamente infinito do individual, adquire para nós importância e significação, e se converte em individualidade histórica. *Mudam também as relações intelectuais sob as quais são estudados e cientificamente compreendidos. Por conseguinte, os pontos de partida das ciências da cultura continuarão a ser variáveis no imenso futuro, enquanto uma espécie de imobilidade chinesa da vida espiritual não desacostumar a humanidade de fazer perguntas à sempre inesgotável vida.*

Max Weber

Os escritos de Max Weber sobre a teoria das ciências foram, em sua grande maioria, elaborados em seus últimos anos de vida — as primeiras duas décadas deste século. Mas a preocupação com as questões de caráter epistemológico e metodológico são, de certa forma, uma constante em seus escritos. As relações entre ética, valores e ciência são um marco de sua produção. Além disso, Weber presencia a discussão desses temas de forma envolvente, tanto em sua formação, como em sua atividade científica, fruto das próprias indagações de seu tempo.

Como destaca Julien Freund, ao final do século XIX as universidades alemãs viviam um clima intelectual de questionamento intenso, dominado pelo conflito dos métodos (Weber, 1965. p.10). A publicação, em 1883, da *Introdução às Ciências do Espírito* de Dilthey estende a polêmica metodológica a todo o conjunto das ciências humanas. Em princípio, a questão poderia ser reduzida às possíveis diferenças entre as ciências da natureza e as ciências do espírito. Mas tocar nesse ponto é mobilizar numa complexa rede de questões. Seria a realidade física — vista como passível de quantificação, mensurável, reduzível a fórmulas matemáticas que expressam as regularidades por meio de leis — um modelo adequado às ciências que procuram descrever e compreender os fenômenos culturais e psíquicos? Poderia a estatística representar a matematização de tais fenômenos, aparentemente ligados ao indeterminismo do livre-arbítrio? Se tais fenômenos não são passíveis de uma redução a uma física social, como queria Comte, seriam, ao menos, compreensíveis como uma química social? Ou, ao contrário, no âmbito de tais fenômenos só o singular pode ser analisado? Neste caso as ciências do espírito deveriam ser inelutavelmente ciências históricas.

Ainda que a opção repousasse sobre esta última vertente, o problema, longe de se resolver, simplesmente se deslocaria. Que abordagem histórica é capaz de trazer a tais ciências um rigor comparável ao então admitido para as ciências da natureza? Seu papel reduzir-se-ia a uma simples descrição de eventos, buscando no máximo conexões causais particulares ou haveria possibilidade de se proceder indutivamente e se generalizar certas leis causais?

Por um lado, havia uma forte corrente historiográfica, que Weber chama de naturalista, reivindicando para as ciências da cultura em geral procedimentos que as aproximassem de campos como o da Botânica. Nesse sentido é exemplar este fragmento da *Introdução à Filosofia da Arte* de Taine: "O método moderno que sigo e que agora começa a penetrar em todas as ciências morais, consiste em considerar as obras humanas (...) como fatos e produtos cujas propriedades têm de ser exibidas e cujas causas têm de ser investigadas. Encarada dessa maneira, não cabe à ciência justificar nem condenar. As ciências morais precisam operar de modo idêntico ao da Botânica, que, com o mesmo interesse, estuda a laranjeira e o loureiro, o pinheiro e a faia. Elas não são outra coisa senão uma espécie de botânica aplicada, que não lida com plantas, mas com obras dos homens. Tal é o movimento geral, por meio do qual, presentemente, as ciências morais e as ciências naturais estão se aproximando umas das outras e em virtude do que as primeiras lograrão a mesma certeza e o mesmo progresso das últimas" (apud Cassirer, 1977. p.303). A aproximação das noções de causalidade nas ciências do espírito e nas ciências da natureza, bem como sua natureza classificatória, análoga à da Botânica, leva a uma visão que Weber vai qualificar de tentativa de construção de uma "ciência sem pressupostos" bem como de um determinismo inadequado. Mas não é só em Weber que essa corrente acha opositores. A perspectiva histórica hegeliana também encontra fortes ecos nas universidades alemãs.

Em sua filosofia da história, Hegel aponta para três possíveis abordagens dessa disciplina: a história original, a reflexiva e a filosófica. A sua preocupação é com a própria natureza da história e, portanto, com a construção de uma história do mundo capaz de deduzir o sentido, enquanto significado e direção, do processo histórico do Espírito. Tal tarefa cabe legitimamente à razão, pois esta é a própria lei do mundo. Enganam-se, segundo este autor, aqueles historiadores que buscam uma descrição sem pressupostos, pois, ainda que inconscientemente, eles carregam as categorias que possibilitam uma seleção e compreensão do fenômeno histórico. "É realmente esse desejo pela compreensão racional, pelo conhecimento, e não simplesmente pela acumulação de fatos diversos, que deveriam ser pressupostos como aspiração subjetiva nos estudos das ciências", diz-nos Hegel em sua *Introdução à Filosofia da História* (Hegel, 1952. p.157). Mas o caráter racional da Idéia e do mundo não se resume a ser um pressuposto, para Hegel. A sua realização é o próprio objetivo do transcurso do Espírito ao longo do tempo: "a sabedoria dotada de infinito poder realiza seu objetivo, ou seja, o objetivo final, racional e absoluto do mundo" (p.158). Esse caráter teleológico não está presente só na concepção hegeliana, mas aparece em inúmeras teorias, do positivis-

mo ao materialismo dialético, que merecerão duras críticas por parte de Weber.

As divergências de natureza metodológica e até de concepção de ciência poderiam se multiplicar, se subdividir, sem que tivéssemos um quadro minimamente representativo desse período, tamanha a complexidade e fecundidade dessas questões. Mas importa ainda ressaltar que não só metodologicamente as ciências se encontram em uma crise de identidade para Weber. O próprio significado e o valor da ciência passa por um processo de questionamento. Weber destaca que nesse sentido é enorme o contraste entre o passado mais remoto e o momento que então se vive. Na antiguidade grega, a descoberta do conceito como instrumento científico leva a um entusiasmo apaixonado pela possibilidade de a ciência, tal como o filósofo na caverna de Platão, libertar os homens da prisão das sombras e das aparências, em busca do ser verdadeiro. Na aurora dos tempos modernos, com a inclusão da experimentação racional, a ciência passa a ser vista como "o caminho capaz de conduzir à natureza" (Weber, 1972. p.34), e, posteriormente, com o advento das ciências exatas, o caminho que conduz a Deus: "Esperava-se (...) descobrir traços de suas intenções através do exame da natureza, por intermédio das ciências exatas, que permitiriam apreender fisicamente suas obras" (p.35). O que resta, nos séculos XIX e XX, dessas expectativas quanto ao valor da ciência, se aos olhos da maioria ela não passa de "um reino irreal de abstrações", se o caminho para a natureza parece passar justamente pela recusa do intelectualismo científico e se o percurso da ciência a transformou na "potência especificamente a-religiosa"? Ou, como o próprio Weber indaga "Qual é, afinal nesses termos o sentido da ciência (...) se estão destruídas todas as ilusões que nela divisavam o caminho que conduz ao 'verdadeiro ser', à 'verdadeira arte', à 'verdadeira natureza', ao 'verdadeiro Deus', à 'verdadeira felicidade'?" (p.35).

Nesse sentido percebe-se que o projeto de uma teoria da ciência em Weber não se resume a questões de ordem metodológica. Ao redimensionar as possibilidades e os limites do conhecimento na esfera das ciências da cultura, Weber se volta para uma problemática ampla que passa necessariamente pelas questões do significado e valor da ciência, da ligação das ciências com os valores e as significações historicamente construídas, do valor objetivo e da validade do conhecimento científico. Seu projeto metodológico procura, portanto, dar uma resposta a essas questões que a história da ciência colocou para o século XIX.

WEBER E A CIÊNCIA COMO TENTATIVA IDEAL DE ORDENAÇÃO E INTELIGIBILIDADE DO REAL

No âmbito das criações culturais da humanidade — âmbito em que se insere a sua produção científica — não basta, para Weber, que consigamos estabelecer uma demarcação formal relativa à essência geral desse fenômeno, que o delimite por oposição aos demais, ordenando-o segundo conceitos gerais. Essa é uma tarefa preliminar, de indubitável importância, mas por si incapaz de apreender a significação cultural do fenômeno histórico. Assim, ainda que consigamos uma definição da esfera de atuação ou de uma possível metodologia da ciência, esta se revelará pouco interessante, válida ou mesmo útil, se não se inserir dentro de um quadro que decodifique sua significação cultural e histórica. Dessa forma, uma conceituação da ciência exige sua inserção num contexto cultural que a torne uma tarefa significativa.

Por um lado, a ciência se enquadra num contexto estrutural das ações humanas definidas por Weber em quatro tipos ideais: a ação racional com relação a um objetivo (capaz de conciliação dos meios para a obtenção de um fim claramente concebido); a ação racional com relação a um valor (onde o ator social age racionalmente não visando a um fim, mas à coerência com seus valores fundamentais); a ação afetiva ou emocional (ditada pelo estado imediato da consciência ou humor do agente); e a ação tradicional (marcada pela ação em conformidade com as tradições, como que correspondendo a uma segunda natureza). Nesse quadro estrutural a investigação científica é vista como uma ação racional tanto em relação a objetivos como em relação a valores. No primeiro caso a ação do cientista, ao enunciar proposições factuais, estabelecer relações de causalidade, buscar regularidades e interpretações compreensivas, tem um objetivo a ser alcançado: a verdade (que pode se traduzir em previsões eficazes, em técnicas úteis ou simplesmente em clareza para tomada de decisões). Mas esse objetivo, por sua vez, é determinado por uma ação racional em relação a um valor, o valor da verdade. Dessa racionalidade em relação ao valor da verdade é que deve resultar não só o respeito às regras da lógica e dos métodos canonizados pelos cientistas, como a própria probidade intelectual indispensável à atividade científica, para Weber[1].

A ciência pressupõe ainda um importante julgamento de valor, que escapa a qualquer demonstração lógica ou científica, isto é, o fato de que o resultado a que o trabalho científico leva é importante em si. Esse é um pressuposto cuja aceitação ou recusa depende de posições pessoais de valores, não sendo passível de uma demonstração científica no que diz respeito às suas causas últimas.

Dessa forma a idéia de uma ciência sem pressupostos não se sustenta: "Todo trabalho científico pressupõe sempre a validade das regras da lógica e da metodologia, que constituem os fundamentos gerais de nossa orientação no mundo" (Weber, 1972. p.36). Tais pressupostos não se limitam a essa primeira aceitação, como veremos mais adiante, quando tratarmos do inevitável caráter seletivo operado pelo

1 Nesse sentido é importante destacar que a "objetividade" do cientista, seu dever para com a busca da verdade se apóia não só num preceito metodológico que permite a reconstrução por parte de qualquer outro autor, mas em um imperativo propriamente moral.

cientista de qualquer área. Mas, quanto à natureza dessa relação entre os primeiros pressupostos e o trabalho científico por eles condicionados, Weber salienta que ela é variável no que diz respeito às diferentes áreas com que lidamos. Há casos, como a Física, a Química ou a Astronomia, em que os resultados técnicos advindos desses conhecimentos permitem-nos uma ação efetiva sobre a natureza. Mas quanto à validade do conhecimento em si, nada podemos demonstrar. Mesmo no caso de ciências como a Medicina, em que o padrão ético que guia o cientista — a preservação da vida e a diminuição do sofrimento — é claro e aparentemente comum a todos, a ciência não nos oferece possibilidades de julgar o valor ou o sentido das descobertas ou de suas aplicações práticas. Em todos os casos acima a ciência pode nos fornecer elementos técnicos para sermos senhores da vida ou da natureza, mas não para decidir sobre o nosso querer. O mesmo se passa quanto às ciências históricas: "Elas nos capacitam a compreender os fenômenos políticos, artísticos, literários ou sociais da civilização. Mas não dão, por si mesmas, respostas à pergunta: esses fenômenos mereceriam ou merecem existir?" (p.38). É bem verdade que a afirmação de Weber nesse sentido chega mesmo a ser um tanto óbvia. No entanto, o que ele aí começa a construir é o limite das possibilidades da ciência e seu real campo de atuação.

O que parece necessário ressaltar é que para Weber a ciência não pode ser tomada como uma regra para a ação, sobretudo no que diz respeito à Ciência Política e à Economia. O seu parecer será sempre de ordem técnica, nunca axiológica. Mesmo no que diz respeito à previsão de fenômenos, quando temos em mente essas duas áreas do conhecimento, nada é possível fazer. A opção por um determinado tipo de ação, de natureza político-econômica, repousa sobre convicções pessoais e não sobre induções a respeito de juízos de realidade. Para além das questões práticas que resultam em avanços técnicos ou mesmo na apreensão de um modo de pensar que nos capacite a criar novos avanços, o valor da ciência reside em obtermos clareza, desde que os cientistas de antemão a possuam, para decidirmos a respeito da validade de determinados meios para se atingir um fim: "A ciência mostrará que, adotando tal posição certa pessoa estará a serviço de tal Deus e ofendendo tal outro e que, se se desejar manter fiel a si mesma, chegará, certamente, a determinadas conseqüências íntimas, últimas e significativas (...) Se estivermos, portanto, enquanto cientistas, à altura da tarefa que nos incumbe (...) poderemos compelir uma pessoa a dar-se conta do sentido último dos próprios atos ou, quando menos, ajudá-la em tal sentido" (p.46).

Tal tarefa, nem um pouco desprezível, restabeleceria a significação da atividade científica para uma época que dessacralizou a natureza, que se afastou da experiência religiosa e, em sua intelectualização crescente — da qual a ciência é mais um resultado —, procura insistentemente nas universidades uma liderança, que Weber vê como tarefa ilegítima da ciência. Além do aspecto da significação da ciência, o trecho acima toca em um dos pontos que Weber considera capital em sua tarefa metodológica e cuja obra refletiu sem cessar: as relações entre os juízos de valor e as ciências da cultura.

Para ele os valores sempre estarão presentes na seleção do tema que será objeto de análise por parte do cientista. A infinita multiplicidade dos fenômenos sensíveis, o caráter plural das determinações causais exigem uma seleção de natureza ética, estética ou valorativa. Mas a análise, em si, desses fenômenos não pode comportar apreciações subjetivas por parte do cientista. Como destaca Cohn: "Trata-se da distinção muito enfática que ele propõe entre a postura correta do cientista, para quem só é lícito reconstruir os fatos considerados significativos e analisá-los conforme as exigências universais do método científico e a do homem de ação voltado para as questões práticas, que deve tomar decisões impulsionado por interesses que entrarão em choque com interesses alheios e que têm por fundamento último certos valores que igualmente colidem com outros. Enfim, o domínio das questões relativas ao ser é radicalmente diverso daquele do dever ser" (Cohn, 1989. p.19-20).

Mas essa distinção entre juízo de valor e de realidade, que não apresenta nenhuma novidade, no caso de Weber complica-se, uma vez que ele reconhece que, em se tratando das obras humanas, estamos sempre lidando com a criação de valores e reconstruindo idealmente a realidade a partir deles. Como é possível ao cientista não falsear a realidade e ater-se às exigências universais, tal como descrito acima? Para isso o autor lança mão da distinção entre duas categorias distintas: *os juízos de valor e a relação com os valores.* Enquanto os primeiros têm um caráter pessoal e subjetivo de natureza vital ou moral, a relação com os valores é um procedimento legítimo de seleção e organização de um objeto a respeito do qual os sujeitos históricos se debaterão. Tal seleção não implica que o cientista deva tomar partido ou posicionar-se pessoalmente em relação ao objeto que por ele foi selecionado.

Assim, nas ciências históricas, dada a impossibilidade de uma reconstrução integral dos fatos envolvidos, procede-se a uma seleção, fundada em valores estéticos, morais ou políticos do sujeito da criação científica. A pertinência e o interesse de uma dada reconstrução histórica ou cultural deve-se, em grande parte, à qualidade das questões priorizadas pelo cientista que elabora a obra.

Como decorrência desse fato, a obra científica tem sempre um caráter inacabado, como lembra Aron: "No caso das ciências da cultura e da história, chega-se não a um sistema hipotético-dedutivo (como nas ciências da natureza), mas a um conjunto de interpretações, todas seletivas e inseparáveis do sistema de valores escolhido. Se cada reconstrução é seletiva, e comandada por um sistema de valores, haverá tantas perspectivas históricas ou sociológicas quantos sistemas de valores orientando a seleção" (1982. p.472). Mas o caráter inacabado da ciência

não se restringe às especializações ligadas à cultura e à história. Ele também é válido no que concerne às ciências da natureza. Mesmo que nesse caso chegássemos a um sistema hipotético-dedutivo que idealmente explicasse todos os fenômenos a partir de princípios, axiomas e leis, ainda assim os detalhes concretos de um fenômeno localizado individualmente no tempo e no espaço trariam a necessidade de junção entre as explicações estruturais e as circunstâncias particulares desse fenômeno.

Na verdade, as relações entre o valor de uma lei geral e da descrição sobre o particular são inversas quando se comparam as ciências da cultura e as ciências da natureza. Nestas últimas, quanto maior a abrangência compreensiva das leis, maior a sua significação. Já no que diz respeito às primeiras o estabelecimento de leis gerais — que não só é possível, mas desejável, para Weber — tem um caráter diferenciado: "o estabelecimento de tais 'leis' e 'fatores' apenas constituiria, para nós, a primeira de várias operações às quais o conhecimento a que aspiramos nos conduziria. A segunda operação, completamente nova e independente apesar de se basear nessa tarefa preliminar, seria a análise e a exposição ordenada do agrupamento individual desses fatores historicamente dados e da sua combinação concreta e significativa, dele resultante; mas, acima de tudo, consistiria em tornar inteligível a causa e a natureza dessa significação" (Cohn, 1989. p.91). Assim as possíveis *leis* têm, sobretudo, um valor heurístico, e um papel instrumental, que se restringe a um meio para atingir um fim: conhecer os fenômenos da vida segundo sua significação cultural, que só se revelam como fatos históricos e singulares. Assim, o significativo não coincide com a lei nem mesmo com a essência geral do fenômeno[2].

Portanto, o estabelecimento de um conceito geral capaz de abarcar um fenômeno em suas diversas manifestações históricas, como, por exemplo, o da troca e técnica do tráfico comercial, tem um valor indispensável, mas preliminar. Sua simples conceituação ou mesmo a análise de sua essência não revela sua significação cultural, ou seja, o papel que ela desempenha numa determinada configuração sócio-histórica e as razões causais que a levaram a desempenhar esse papel, bem como sua relevância particular numa sociedade como a nossa em que a troca e o comércio constituem um fenômeno de massa. Quando o interesse do cientista é a explicação deste fato — o papel da troca na nossa configuração sócio-histórica — faz-se necessário ultrapassar seu caráter genérico que não é capaz de diferenciá-lo da troca na Antiguidade, por exemplo, uma vez que as suas características gerais permanecem as mesmas.

O fenômeno histórico, então, torna-se significativo em sua especificidade e no recorte da realidade que o sujeito epistêmico nele opera. Tal recorte só pode ser efetuado pela obra do cientista, baseado nas relações de valor, uma vez que as causas de um fenômeno são sempre infinitas e não se pode, a partir do próprio objeto, retirar um critério objetivo ou absoluto que nos permita escolher quais elementos devem fazer parte de sua descrição essencial. Assim, por ter um caráter de valor, a seleção não se faz a partir das características do objeto, mas do valor a ele atribuído pelo sujeito.

Estaria Weber, neste caso, advogando uma arbitrariedade geral na construção das perspectivas específicas? Não exatamente. A análise unilateral cultural a partir de perspectivas específicas — como, por exemplo a economia —, diz Weber: "não é arbitrária enquanto seu êxito falar por ela, isto é, enquanto um conhecimento de relações que demonstram ser valiosas para a atribuição de causas a determinados acontecimentos históricos concretos" (Cohn, 1989. p.87). Com essa afirmação, Weber não nega legitimidade à perspectiva marxista que atribui à esfera das relações econômicas de produção a causalidade última dos fenômenos socioculturais. O que ele nega é a exclusividade desse tipo de análise lógica como determinante único do real. Neste caso, como em vários outros, essa perspectiva tem um grande valor heurístico, mas não encerra a tarefa de uma descrição significativa, nem impede outras perspectivas que podem ter o mesmo valor explicativo. A determinação econômica produtiva, aliás, corre o risco de tornar-se uma concepção dogmática e metafísica[3].

A esse respeito, Weber nos alerta que embora tenha sido e ainda seja um princípio criativo e de fecundidade científica, a análise dos fenômenos sociais e dos eventos culturais sob a perspectiva de seu condicionamento econômico exige uso prudente e livre de dogmatismo. Assim, o materialismo-histórico, enquanto um possível intrumento de interpretação, não se confunde com uma "visão de mundo", que é a concepção materialista da História. Neste caso, portanto,

---

2 Observação fundamental ao pensarmos a profusão de pesquisas que visam unicamente a corroborar a idéia de que as instituições escolares reduzem-se a ou encontram sua principal função em aparelhos de difusão e inculcação ideológica. Ainda que tomemos tal princípio como verdadeiro, o que é em si discutível, resta que sua formulação torna-se significativa se, e somente se, as condições particulares de determinado fenômeno sejam de tal modo explicitadas que o trabalho resulte em um acréscimo na nossa capacidade de compreensão do fenômeno. No entanto, o que a maior parte desses trabalhos acaba por fazer é simplesmente "comprovar uma lei geral", de valor tão genérico e abstrato quanto estéril.

3 Esta idéia de Weber tem sido, a nosso ver, freqüentemente mal interpretada. São comuns as análises que o contrapõem à sociologia marxista, por vezes chegando mesmo a qualificá-lo de um idealista. No entanto, o que Weber parece propor é a pluralidade de causas e plausibilidade de tomarmos uma ou outra como determinante, de acordo com a perspectiva e com o fato particular. Assim, Weber e Marx não são alternativas mutuamente excludentes em si. A crítica weberiana, dessa forma, é dirigida sobretudo aos marxistas que enxergam no materialismo dialético um "método universal de conquistas da verdade", quando a metodologia de uma pesquisa não é mais que uma ferramenta, um estilo de abordagem, dificilmente separável do próprio conteúdo abordado, e incapaz de garantir procedimentos infalíveis e monopolizadores de conclusões legítimas.

não se trata verdadeiramente de uma contribuição científica, pois entre os adeptos de tal concepção de mundo "encontra-se ainda muito difundido o singular fenômeno de que a sua necessidade de explicação causal de um fenômeno histórico não fica satisfeita, enquanto não se demonstre (mesmo que só na aparência) a intervenção de causas econômicas. Feito isso, eles passam a contentar-se com as hipóteses mais frágeis e as formulações mais genéricas, pois já se deu satisfação à sua necessidade dogmática segundo a qual as 'forças' econômicas são as únicas causas 'autênticas', 'verdadeiras' e sempre determinantes em última instância" (p.84).

Assim, a postura científica necessariamente admite a pluralidade de causas últimas e reconhece a possibilidade de diversas abordagens, a princípio igualmente interessantes, dos fenômenos culturais. Estamos, pois, diante de um princípio de subdeterminação da teoria pelos dados[4]. Esse princípio, aliado à renovação incessante da ciência, e um dos responsáveis por ela, nos leva a pelo menos duas questões fundamentais que precedem qualquer sugestão de ordem metodológica. A primeira delas se refere ao próprio valor objetivo da ciência e, em particular, das ciências da cultura. O segundo diz respeito às relações entre o sujeito e o objeto nessa área de conhecimento.

No que diz respeito à primeira questão, Weber destaca que "não existe qualquer análise científica puramente 'objetiva' da vida cultural, ou — o que pode significar algo mais limitado, mas seguramente não essencialmente diverso, para nossos propósitos — dos fenômenos sociais, que seja independente de determinadas perspectivas especiais e parciais, graças às quais estas manifestações possam ser, explícita ou implicitamente, consciente ou inconscientemente, selecionadas, analisadas e organizadas na exposição, enquanto objeto de pesquisa. Deve-se isso ao caráter particular do alvo do conhecimento de qualquer trabalho das ciências sociais que se proponha a ir além de um estudo meramente formal das normas — legais ou convencionais — da convivência social" (p.87). As buscas, portanto, das determinações causais de um fenômeno exigem, para que sua significação ultrapasse a mera formalidade, recortes fundados em valores, como já havia sido apontado anteriormente. Independentemente da consciência que o cientista possa ter desse recorte, ele o faz. Isso porque a própria natureza do fenômeno cultural é valorativa.

Na verdade, é graças a essa relação que a história mantém com os valores que ela permanece viva em nós, que a recriamos. O passado não é, assim, algo definitivo e estanque, mas antes algo que se reintegra a nós mediante sua interpretação, que nos faz redescobrir algo que para outros parecia estar inteiramente descoberto, que nos leva a considerar essencial o que não o era.

Mas, ao enfatizar o papel da interpretação significativa, podemos ser levados a acreditar que se trata de uma interpretação de ordem subjetiva, o que Weber negará enfaticamente. Em primeiro lugar porque tal interpretação, por estar aliada — como foi dito no início deste trabalho — a uma ação racional por objetivo e por valor, está sujeita à verificação, uma vez que ela se exprime por meio de uma linguagem demonstrativa, enunciando proposições do tipo científico, sujeitas à confirmação. Em segundo lugar, porque a subjetividade inicial dos valores que guiaram a escolha deixa de ser arbitrária no momento em que ela submete seus pontos de vista aos recursos lógicos e metodológicos da crítica científica.

Assim, a validação e o caráter universal do conhecimento em ciências da cultura têm tanto um instrumento interno, a probidade intelectual do cientista, advinda de um valor que ele cultua, quanto um instrumento externo, a verificação crítica por parte do leitor a partir das normas vigentes na produção científica.

Faz-se ainda necessário ressaltar que o objetivo das ciências históricas e sociais não se restringe à interpretação, mas busca também explicações causais. Estas se subdividem em causalidade histórica — cujo interesse reside em determinar as circunstâncias únicas que determinaram um acontecimento particular — e causalidade sociológica — que busca a determinação das regularidades entre dois fenômenos. Neste último caso não estamos diante de uma causalidade inexorável, mas sim em face da determinação de fatores que favorecem mais ou menos a emergência de certos fenômenos. Isso se dá, não pela simples indeterminação do comportamento humano, mas pela imensa complexidade de variáveis sempre presentes em um fenômeno social. Trata-se, portanto, do estabelecimento de conexões causais que Weber denominada "adequadas", que expressam não regras de necessidade, mas de "possibilidade objetiva".

Poderíamos daí deduzir que o conhecimento do geral, das regularidades, tem no campo das ciências da cultura pouca ou nenhuma justificação científica? De modo algum: "Se o conhecimento causal do historiador consiste numa imputação de certos resultados concretos a determinadas causas concretas, então é impossível uma imputação válida de qualquer resultado individual sem a utilização de um conhecimento 'nomológico' — isto é, do conhecimento das regularidades das conexões causais. Para saber se a um elemento individual e singular de uma conexão cabe atribuir, na realidade, uma importância causal para o resultado que se trata de explicar casualmente, apenas existe a possibilidade de proceder à avaliação das influências que nos habituamos a esperar geralmente tanto deste como de outros elementos do mesmo complexo que sejam pertinentes à explicação" (p.95).

---

4 Weber não é o primeiro a formular tal princípio. No campo da teoria física, Duhem já nos alertava quanto à ingenuidade de certas posturas empiristas que estabeleciam ao objeto o primado da abordagem. Em última instância o que determina a abordagem de um fenômeno é a teoria pela qual dele nos aproximamos. Assim um mesmo fenômeno, como por exemplo a escolha do objeto sexual, pode ser analisado à luz da história das relações familiares ou pela perspectiva de uma determinação genética, passível, portanto, de experimentação laboratorial.

Assim, a "objetividade" buscada em tantos escritos das e sobre as ciências da cultura não é vista como uma tarefa simplesmente impossível — como alguns argumentam alegando que elas não são sujeitas a leis —, o que Weber afirma é que a procura de leis invariáveis carece de razão de ser. A redução da realidade cultural a um conjunto de leis empíricas não nos leva a um conhecimento do socialmente real, mas a um conjunto formal de regras auxiliares para a decifração dessa realidade. Tal decifração só pode ser concebida com base na significação que a realidade da vida possui para nós em suas situações singulares. A interpretação e o estabelecimento das conexões casuais adequadas em cada segmento particular da realidade, segundo sua significação cultural, expressas em uma linguagem científica, isenta de juízos de valor, mas rica em relação a valores, são os elementos responsáveis pela "objetividade" possível, que transforma o que nasce de uma intuição subjetiva do cientista em conhecimento universal.

Ao tocarmos nesse ponto já se configura a resposta à nossa segunda indagação, sobre a relação sujeito-objeto na apreensão dos fenômenos culturais. Estes são sempre vistos como um "segmento finito do decurso infinito e destituído de sentido próprio do mundo", ao qual o homem atribui um sentido e uma significação, à sua medida. "A premissa transcendental de qualquer ciência da cultura reside, não no fato de considerarmos valiosa uma 'cultura' determinada ou qualquer, mas sim na circunstância de sermos homens de cultura, dotados da capacidade e da vontade de assumirmos uma posição consciente face ao mundo, e de lhe conferirmos um sentido" (p.97). Assim, por um lado, o objeto das ciências da cultura é tudo aquilo a que atribuímos um valor, não no sentido positivo de ser algo que pessoalmente reputamos como bom, mas algo que se mostra como culturalmente relevante, mesmo que a nós pareça algo abjeto.

Por outro lado, esse objeto será sempre uma parcela da realidade, inexoravelmente subordinado a pontos de vista particulares, mesmo quando expresso em relações que consideramos como valores culturais universais, pois nada há no objeto que se caracterize como essencial, independentemente das atribuições dos sujeitos. Dessa forma, embora adote uma perspectiva epistemológica transcendental neokantiana — inspirada em Rickert —, no sentido de que a matéria dada ao espírito é uma matéria amorfa a ser elaborada segundo as categorias e conceitos do nosso espírito, Weber insiste na necessidade da reconstrução do singular que o afasta da possibilidade de um sistema dedutivo abrangente e significativo e condiciona tal reconstrução à historicidade dos valores culturais que ressignificam o passado a partir do presente.

Assim, o conhecimento científico-cultural, por ter origem em idéias de valor, encontra-se preso a um princípio subjetivo, mas não deixa de ser um conhecimento puramente causal. O que, de resto, também é verdadeiro para os conhecimentos científicos naturais onde o aspecto qualitativo e individual são importantes. Essa premissa subjetiva, no entanto, não significa que os resultados obtidos em uma investigação científica dessa natureza sejam válidos para uns e não para outros, o que resultaria num relativismo cético. O que determina a maior ou menor validade de uma investigação dessa natureza é o grau de interesse que ela desperta. E este, por sua vez, é necessariamente delimitado pelas idéias de valor que dominam o investigador e uma época determinada.

Quanto à validade metodológica, Weber afirma que "é o ponto de vista dominante que determina a formação dos conceitos auxiliares de que se utiliza; e quanto ao modo de utilizá-los, o investigador encontra-se evidentemente ligado às normas de nosso pensamento. Porque só é uma verdade científica aquilo que pretende ser válido para todos que querem a verdade" (p.100). Mas as suas sugestões, obviamente, ultrapassam o simples mas importante reconhecimento de que é somente a prática científica real que pode determinar os caminhos válidos para a ciência. E é de tais sugestões que passaremos a nos ocupar.

Ao buscar a justificativa metodológica para a significação da teoria e da formação teórica dos conceitos para o conhecimento científico da realidade cultural, Weber vê-se obrigado a fazer uma breve retrospectiva da gênese da Economia Política como atividade científica. Isso se faz necessário para esclarecer a origem e os fundamentos dos preceitos naturalistas que buscam o estabelecimento de um sistema monista que vê como fim supremo da ciência a formulação de "leis" no sentido estrito do termo, a partir das observações empíricas. Tais "leis" — de natureza imediata e intuitivamente evidentes — seriam a única forma exata de conhecimento e a única fonte segura para a dedução dos acontecimentos não diretamente observáveis. Assim, analogamente às "ciências exatas", as ciências da cultura, entre elas a Economia, deveriam esforçar-se para alcançar um sistema de proposições abstratas e de natureza formal, a fim de dominar intelectualmente a diversidade social e classificar e explicar os fenômenos de natureza psíquica e social com tanta precisão quanto os de natureza física.

Segundo Weber, tal visão vincula-se a um movimento científico generalizado a partir do século XVIII. Seu caráter racionalista via no caminho generalizador da abstração e da análise do empírico voltadas para o estabelecimento de leis a via para o conhecimento "puramente objetivo", ou seja, um conhecimento completamente isento de subjetividades valorativas e de contingências particulares, formulado em um sistema conceitual de validade metafísica e de forma matemática. Tal conhecimento vinculava-se e apoiava-se no caso das ciências da natureza, na perspectiva prática de valor relativa ao que é diretamente útil em termos de domínio técnico. O sucesso de sua aplicação tornara-se a confirmação de sua exatidão. Não que Weber entenda as ciências da natureza como puro desenvolvimento técnico. A sua inserção dentro de um sistema unificado e coerente ultrapassa tal categorização. Mas o otimismo dessa concepção teórica e

prática do real vê a possibilidade do desenvolvimento e domínio técnico em qualquer área.

A Economia Política, em particular, não foge a essa regra. Ela se origina também com a perspectiva prática de incrementar a riqueza da população de um país. Mas, se a aplicação prática dos preceitos teóricos não encontrou problemas nas áreas que se encontram ligadas a pontos de vista axiológicos, como na Medicina ou nos conhecimentos que podem resultar mais diretamente em tecnologia, uma vez que os fins permanecem inalterados, o mesmo não aconteceu nas áreas ligadas à cultura. No caso da economia, por exemplo, conhecimento técnico algum poderia substituir seu papel político, que é enfim determinante em qualquer prática. Coube, na verdade, à crítica socialista problematizar as perspectivas axiológicas originais, questionando o otimismo monista e colocando o problema da relação entre o conceito e a realidade em sua real dimensão. Por outro lado, a própria história veio a desmentir a concordância entre desenvolvimento científico, progresso tecnológico e melhoria generalizada nas condições de vida.

Mas, apesar da crítica contundente do historicismo e da filosofia idealista alemã, e mesmo como resistência a ela, a infiltração dos dogmas naturalistas não foi superada. Ao contrário, ela reaparece freqüentemente buscando na Psicologia, ou até mesmo na Física, um princípio unificador seguro a partir do qual poder-se-ia estabelecer uma cadeia dedutiva de leis. Mas as construções da teoria abstrata, argumenta Weber, "só na aparência são deduções a partir de motivos psicológicos fundamentais. Na realidade, trata-se antes do caso especial de uma forma de construção de conceitos, própria das ciências da cultura humana e, em certo grau, indispensável" (Cohn, p.105).

É justamente no esclarecimento e na caracterização do papel e dos limites desses conceitos que, a nosso ver, reside a contribuição de Weber para a questão lógica da significação da teoria nas ciências da cultura. Embora usando como exemplo a teoria econômica, os escritos de Weber nesse sentido são fecundos para qualquer investigação na área da cultura humana. Prova disso é que ele mesmo freqüentemente amplia suas considerações para as ciências sociais em geral. E é a partir da noção de quadro ideal ou de *tipo ideal* que Weber tecerá suas considerações.

A oposição de Weber ao naturalismo é, simultaneamente, de ordem metodológica e epistemológica. Ele rejeita, ao mesmo tempo, as posturas que vêem como excludentes o tratamento histórico — que nega o valor legal das teorias — e o tratamento puramente causal — que vê a possibilidade do estabelecimento de leis compreensivas do funcionamento social. A seu ver, a oposição "singular *x* geral" — "histórico *x* causal" é um todo necessário em qualquer análise efetuada pelas ciências da cultura. Elas são complementares, embora não se confundam. O aparato conceitual causal é sempre o meio mais adequado para a compreensão do fenômeno singular, embora não seja, em si, suficiente. Quanto à pretensão que a ciência seja um recolhimento ordenado dos dados empíricos, Weber destaca que esse é um pressuposto epistemológico logicamente falso: "...não só o exame empírico jamais é realmente exaustivo, como também inexiste a base factual para uma avaliação que pretenda ter uma validade conscientemente subjetiva ou objetiva. Gostaria de recordar isso pelo menos àqueles numerosos colegas que crêem na possibilidade de operar com conceitos unívocos baseados na idéia de progresso no tratamento de desenvolvimentos sociais" (p.17).

O pressuposto de uma "ciência sem pressupostos" é falso. A criação intelectual de quadros ideais não é só um instrumento legítimo enquanto procedimento científico, mas uma possibilidade "valiosa" ou mesmo "indispensável", segundo suas próprias palavras, tanto para a investigação quanto para a exposição.

Quanto à investigação, a posse de tais conceitos não é análoga à posse de uma hipótese. É, antes, um caminho para a formação de hipóteses. Ou seja, o *tipo ideal* é um elemento abstrato organizador do empírico. Por meio dele, o cientista confere e atribui inteligibilidade à multiplicidade da realidade empírica. Sua formulação não consiste no estabelecimento de características médias ou gerais de um fenômeno. O *tipo ideal* é, antes, uma construção mental, uma utopia que o cientista usa no confronto com a realidade. "Obtém-se um **tipo ideal** mediante a acentuação unilateral de um ou vários pontos de vista, e mediante o encadeamento de grande quantidade de fenômenos isoladamente dados, difusos e discretos, que se podem dar em maior ou menor número ou mesmo faltar por completo, e que se ordenam segundo os pontos de vista unilateralmente acentuados, a fim de se formar um quadro homogêneo de pensamento. Torna-se **impossível** encontrar empiricamente na realidade esse quadro, na sua **pureza conceitual**, pois trata-se de uma utopia" (p.106 — grifos nossos).

Weber reconhece que tal metodologia, enquanto instrumental de investigação, está sujeita a ataques por parte dos empiristas clássicos que acreditam poder ser o conhecimento histórico e social uma cópia "objetiva" e "livre de pressupostos" dos fatos. Mas insiste que, em termos lógicos, nada está isento de pressuposições, que mesmo um simples documento só adquire sentido científico se relacionado a significações culturais e a relações de valor. Assim, mesmo o historiador que rejeita a construção de um *tipo ideal*, sob a alegação de que tal procedimento é pernicioso em termos de objetividade ou até mesmo desnecessário por ser uma construção teórica alheia aos fatos históricos, utiliza, consciente ou inconscientemente, recursos análogos. Caso contrário, não ultrapassará a *"esfera do vagamente sentido"*. A inconsciência, contudo, da utilização de tal recurso pode, no limite, trazer-lhe sérias confusões conceituais capazes de comprometer seu trabalho.

Quanto à adequação do *tipo ideal* à realidade empírica e a seu valor científico, Weber afirma que nenhuma especulação *a priori* pode decidir a pertinência

ou não de uma determinada construção ideal. O critério para tal operação é sempre *a posteriori* e reside na eficácia ou não dessa construção para o conhecimento dos fenômenos culturais concretos. Também no que diz respeito ao seu grau de "objetividade", somente o confronto posterior com a realidade empírica pode atestar a adequação do *tipo ideal* formulado pelo investigador.

Nesse confronto entre a idéia e a realidade empírica, o investigador deve se munir de uma série de precauções. Em primeiro lugar, evitar a confusão entre a teoria e a história, percebendo na primeira somente o meio para atingir um fim: o conhecimento. Em uma linguagem clara, significa simplesmente que o *tipo ideal* não é o tipo real ou comum que existe ou existiu concretamente. Por outro lado tampouco devemos transformar as idéias em "forças reais" que se manifestam ao longo do percurso histórico.

Uma segunda confusão corrente é aquela que atribui ao *tipo ideal* um sentido de ideal a ser atingido, ou seja, um dever ser. Dessa forma, em vez de se construir um tipo ideal no sentido lógico — ou seja, numa reunião conceitual de determinados traços considerados fundamentais —, constrói-se um tipo exemplar, no sentido prático. "Nesse caso, as idéias, evidentemente, não são mais auxiliares puramente lógicos nem tampouco conceitos com os quais a realidade é medida por comparação, mas sim ideais a partir dos quais se julga a realidade, avaliando-a. Não se trata mais, então, do procedimento puramente teórico da relação do empírico a seus valores, mas propriamente de juízos de valor que são acolhidos no conceito..." (Weber, 1965. p.191-2).

Ao insistir no valor exclusivamente heurístico do *tipo ideal* para a investigação, valor este que deve se restringir a um meio conceitual de comparação e mensuração da realidade em relação à idéia, Weber procura, na prática, estabelecer o domínio da ciência por oposição aos valores pessoais. Ao utilizarmos o *tipo ideal* para julgar, avaliar ou prescrever, abandonamos a esfera de ciência para fazermos "uma profissão de fé", de caráter pessoal.

Tanto o aspecto da comparação com a realidade como o do autocontrole científico do investigador são pontos indispensáveis não só na investigação como na exposição da análise dos fenômenos culturais. Nesta última atividade, em particular, a clareza e o rigor dos conceitos criados a partir do *tipo ideal* é que permitem a exposição de forma unívoca do que se entende por um determinado conceito teórico, evitando confusões advindas do uso informal dos mesmos termos de uma linguagem coloquial.

Os *tipos ideais*, para Weber, não são recursos úteis só para a pesquisa do singular histórico, como o *tipo ideal* do catolicismo, por exemplo, ou o *tipo ideal* que capta certas relações estáveis nos fluxos das sociedades, como poderia ser o caso de sua definição dos *tipos de dominação legítima* por tradição, carisma ou legalidade encontradas em diversos graus em diferentes sociedades. Eles podem ser um instrumento útil mesmo no que diz respeito ao estabelecimento de uma linha de desenvolvimento histórico. Neste caso, novamente, seu papel é eminentemente heurístico, cumprindo a função de uma hipótese a ser confrontada com a realidade empírica. Mas, uma vez mais, é preciso salientar que tal recurso metodológico só é legítimo enquanto se restringir ao seu papel de instrumento de inteligibilidade, diferenciando-se a história e a construção ideal[5].

Na prática real da ciência tal papel tem-se mostrado freqüentemente difícil, pois tanto no positivismo como no materialismo dialético, por exemplo, a análise metodológica toma o papel de lei inexorável (ou algo bem próximo disso), em que o curso dos acontecimentos aponta para uma convergência ilegitimamente deduzida a partir da análise ideal. "Quem quer que tenha trabalhado com os conceitos marxistas, conhece a eminente e inigualável importância heurística destes tipos ideais, quando utilizados para comparar com a realidade, mas conhece igualmente o seu perigo, logo que são apresentados como construções com validade empírica ou até mesmo como tendências ou 'forças ativas' reais (o que, na verdade, significa metafísicas)" (Cohn, 1989. p.118-9).

Weber nega, assim, às ciências históricas a possibilidade de decifrar o sentido (enquanto *significado exclusivo* ou enquanto direção) do devir histórico. Não só porque a ciência seria incapaz de possuir instrumentos metodológicos para fazê-lo, como porque a significação do vivido é uma atribuição do espírito humano ao fluxo destituído de sentido de devir do mundo. Somos construtores desse sentido, sempre renovado. Assim como somos construtores de uma ciência que se vê de antemão condenada a ser substituída por novas teorias cuja significação nos será mais adequada.

Assim, a história das ciências da vida cultural se vê sempre obrigada a buscar a ordenação dos fatos mediante a utilização de conceitos renovados devido a uma ampliação e a deslocamentos dos horizontes científicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não há dúvidas de que uma grande parte desses conceitos e das idéias de Weber sobre a teoria das ciências merecem maior atenção, detalhamento e, no mínimo, polemização. De fato, aspectos como a separação entre o ser e o dever ser na pesquisa científica, bem como o princípio de uma postura neutra no que diz respeito aos valores dos cientistas foram e são alvo de um intenso debate por parte de outros pensadores, como por exemplo Habermas, em *Conheci-*

5 A exposição talvez demasiadamente longa, para os propósitos deste artigo, do recurso ao *tipo ideal* em Weber deve-se não somente à importância e valor em sua obra, mas, sobretudo, à idéia de que este é um procedimento potencialmente fecundo em pesquisas em educação, mas pouco utilizado por pesquisadores.

mento e Interesse. Mas essas questões ultrapassam o interesse e a possibilidade deste trabalho.

Inclusive porque, independentemente dessas posturas, muito há a ser refletido a partir das outras considerações acerca do valor e dos limites de uma teoria explicativa e de suas "leis" na descrição da realidade. Basta recordarmos que para Weber, assim como foi problematizado na introdução, não basta fazer-se uma delimitação geral do problema, ordenando-o segundo uma perspectiva teórica qualquer para que tenhamos uma descrição significativa dos valores culturais envolvidos em um determinado problema social.

Nesse sentido, revelar o caráter ideológico e reprodutor do aparelho escolar é, no mínimo, muito pouco, uma vez que esconde a verdadeira significação desse fenômeno *escola* numa sociedade tão complexa quanto a nossa. Essa perspectiva pode inclusive ser fecunda, desde que ocupe sua real dimensão, ou seja, represente um instrumento heurístico, a partir do qual se reconstrua a individualidade histórica da escola brasileira. E então a questão se torna bem mais problemática.

Caberia ainda perguntar-se mesmo sobre a relevância desses modelos, instrumentos heurísticos forjados idealmente a partir de uma realidade em que a maioria da população tem acesso aos serviços escolares para uma realidade em que sequer 20% da população cumpre a escolaridade obrigatória por lei. Assim, a insistência de pesquisas que simplesmente confirmam o pressuposto teórico adotado, sem recorrer às determinações causais particulares da prática educacional efetiva, acaba por cumprir muito pouco ou nada de sua função social — que para Weber reside exatamente na clareza que esta pode oferecer para possíveis tomadas de decisão.

Por outro lado, as pesquisas que simplesmente descrevem o cotidiano, sem encontrar apoio heurístico em nenhuma teoria, acabam pecando pelo inverso: dados que não chegam a constituir um elemento capaz de conferir inteligibilidade ao real, por sua própria natureza múltipla e diversificada. É somente a partir da posse de conceitos claros, estes sim de natureza geral, que o pesquisador torna-se capaz de uma reconstituição que recorte parcelas significativas da realidade para a sua inteligibilidade.

Nesse sentido, o recurso ao *tipo ideal*, tal como se configura na teoria weberiana, pode ser um instrumento extremamente útil ao pesquisador. Mas este, indubitavelmente, não é um caminho simples. Pois, como nos alerta o próprio Weber, nada há no próprio objeto que nos revele sua "essência". Ao contrário, esta é uma criação ideal, um esforço do intelecto humano para conferir um valor explicativo ao caos da multiplicidade do real. Não há, pois, garantias *a priori* da relevância de uma abordagem ou mesmo da superioridade de determinado referencial teórico sobre outro. Ainda assim resta-nos um alento: se não há caminho seguro, pelo menos há precauções interessantes.

Dessa forma, retornamos ao ponto inicial desta discussão: o *abstracionismo pedagógico*. Afastarmo-nos desse tipo de trabalho, buscando análises que, sem dispensar a clareza de referenciais teóricos, levantem a problemática real e particular das instituições escolares brasileiras, pode nos levar a caminho de uma pesquisa fecunda, seja para a compreensão, seja para uma atuação mais eficaz em seu contexto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARON, Raymond. *As Etapas do pensamento sociológico.* São Paulo: Martins Fontes, 1982.

AZANHA, José Mário P. *Uma Idéia de pesquisa educacional.* São Paulo, 1990. Tese (Livre-docência) FEUSP.

CASSIRER, Ernst. *Antropologia filosófica.* São Paulo: Mestre Jou, 1977.

COHN, Gabriel (org.). *Weber.* São Paulo: Ática, 1989. (Col. Grandes Cientista Sociais)

HEGEL, George F. *The Philosophy of History.* In: BRITANNICA Great Books. Chicago: Britannica, 1952.

WEBER, Max. *Essais sur la théorie de la science.* Paris: Plon, 1965.

_____. *Ciência e política*: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 1972.